



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17^a
(DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 47, de 19/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 17^a Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

– Ata da 16^a Sessão Ordinária.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as pessoas presentes na galeria. Parabenizo a comunidade carente de moradia que hoje vem a esta Casa do povo pedir colaboração para a redação final do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Essas pessoas já ocupam essa galeria há vários dias, bem como o auditório, e estão em uma manifestação pacífica lá fora.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas anunciar que visitei o Guará no sábado, o Gama no domingo e verifiquei dois problemas que já haviam sido debatidos seriamente. O primeiro é o da segurança. O Guará hoje está profundamente inseguro. Precisamos dizer às nossas autoridades que é preciso uma providência urgente. Se não se cuida da urbanização das praças, deve-se cuidar pelo menos da segurança daqueles moradores que estão extremamente inseguros. A criminalidade aumentou muito.

Outro tema já debatido nesta Casa profundamente é a regularização de *trailers* e quiosques. Quando imaginávamos que resolveríamos o problema dos trabalhadores e trabalhadoras, ele piorou porque os valores se ampliaram e os negócios estão praticamente inviabilizados economicamente.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo para a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, que sempre tem sido extremamente elegante com nossos debates e postulações, demonstrando boa vontade. Esta Casa empenhou a palavra com os trabalhadores e trabalhadoras de quiosques e *trailers*. Precisamos levar este tema ao Governo porque, sem viabilidade econômica, vamos voltar ao tempo da economia invisível, porque o trabalhador e a trabalhadora não estão podendo ganhar a vida honestamente. Foi isso que vi no Gama, foi isso que vi no Guará. Sinceramente, Sr. Presidente, em matéria de transporte, eu não fui a nenhuma residência em que não se reclamassem do assunto no Gama. É impressionante! Todos aqueles que visitamos reclamaram do transporte no Gama.

Era essa a questão que queria expor à Casa para providências.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a questão levantada pelo Deputado Chico Leite e anunciar a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	3

e aos demais Parlamentares o que conversei com a nossa Líder, Deputada Erika Kokay.

Estão aqui na Câmara Legislativa aproximadamente 50 donos de quiosques e *trailers* no Distrito Federal, porque vieram aqui hoje pedir socorro a esta Casa diante da truculência do Poder Executivo local. Apesar da lei aprovada que garante inclusive um período de transição, o Governo está desrespeitando este período e fechando quiosques, multando vários quiosqueiros e até derrubando quiosques no Distrito Federal. Isso é um desrespeito com esses trabalhadores bem como com esta Casa, que aprovou por unanimidade uma lei. V.Exa. lembra bem. Essa lei foi sancionada pelo Governador e se imaginava que a partir daquele momento os donos de quiosques e *trailers* no Distrito Federal teriam paz para trabalhar. Para nossa surpresa, as coisas pioraram.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, levo a questão à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, porque a questão já extrapolou o limite da área econômica. Passa a valer agora também a questão dos direitos humanos. Essas pessoas estão sendo perseguidas por membros do Governo do Distrito Federal. É impressionante como esses quiosqueiros não têm mais paz para trabalhar.

Sr. Presidente, V.Exa. tem sido sensível a esta causa. Esta Casa tem contribuído com esse debate. Portanto, solicito a V.Exa. e aos demais Parlamentares de todos os partidos políticos que possam apoiar iniciativas que valorizem os quiosqueiros e os donos de *trailers* do Distrito Federal para que o poder econômico não acabe com os pequenos e microtrabalhadores do Distrito Federal.

Era essa questão que tinha a fazer, Sr. Presidente, para que V.Exa. tome providências sobre esse assunto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. que este projeto dos quiosques foi debatido amplamente nesta Casa quando V.Exa. era Líder do Governo e eu era Líder do Partido dos Trabalhadores. O projeto foi amplamente discutido com os trabalhadores dos quiosques, *trailers* e similares, e também com a sociedade e com os 24 Parlamentares. Esta Casa trouxe uma solução ao problema, mas na sanção da lei o Governo anunciou-a como uma iniciativa do Governo, do Executivo local. Agora, novamente recai no colo dos Parlamentares o problema desta taxa que inviabiliza a situação econômica desses profissionais. O Deputado Chico Leite e o Deputado Paulo Tadeu têm toda razão de colocar a questão. Dessa forma, Sr. Presidente, espero que V.Exa., que tem conduzido esta Casa de maneira democrática, possa trazer este debate novamente para que possamos encontrar uma saída. Esta Casa tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	4

assumido sua responsabilidade todas as vezes que é chamada para isso e tem que assumir esta liderança. Então, espero que V.Exa. chame todos para este debate.

Sr. Presidente, quanto à questão levantada pelo Deputado Chico Leite a respeito do transporte do Gama, quero dizer que esse é realmente um problema da cidade, eu apresentei vários projetos que tratam da questão do transporte. Quanto à questão do HRG – Hospital Regional do Gama, o Ministério Público, por fim, fez uma visita a essa unidade de saúde e agora decidiu entrar com uma representação por improbidade administrativa contra o Governo do Distrito Federal. Até que enfim o Ministério Público decidiu, ao invés de caçar o que fazer no Termo de Ajustamento de Conduta, entrar com representação contra o Governo do Distrito Federal, a exemplo do que fazia nos governos passados. Para não ficar só na discussão e só nos TACs, como vem fazendo desde o início deste Governo.

Obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta uma questão de ordem que parece-me absolutamente relevante. Diz respeito à questão dos quiosques e *dos trailers*, da lei por aqui aprovada. À época que discutímos a questão da regularização dos quiosques e *trailers*, nós discutímos para que houvesse uma regra única e para que não tivéssemos o poder discricionário dos administradores ou das administrações na perspectiva de efetivar qualquer tipo de perseguição por elementos ou fatores subjetivos. Entretanto, Sr. Presidente, quando se concede um período de 18 meses de transição, inclusive um período de 18 meses de estabilidade, no qual não poderia haver qualquer ação do Executivo na perspectiva de derrubada desses quiosques e *trailers* e quando se derruba nesse período, acabou o critério que impossibilitaria a avaliação subjetiva, porque eles estão derrubando os quiosques e *trailers*.

Além disso, após os 18 meses ou nesses 18 meses, nós deveríamos fixar condições para que o pequeno e o microempresário não pudessem ser suplantados pelo grande empresário. Porque se tivermos os preços como foram colocados no início, eles são absolutamente impeditivos para os pequenos, médios e microempresários. Com esse preço você tem uma seleção em que essas pessoas que passaram a vida inteira gerando renda e impulsionando a economia da cidade serão excluídas.

Portanto, Sr. Presidente, nós sugerimos que aprovemos ainda no dia de hoje a realização de uma audiência pública para discutirmos essa situação dos quiosques e *dos trailers*. Solicitamos a realização dessa audiência para que o Executivo possa vir a esta Casa esclarecer, para que dessa forma possamos pactuar o que já está pactuado. Então, a questão de ordem vem no sentido da concordância de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	5

para que possamos aprovar ainda hoje a realização dessa audiência pública para discutirmos a nova realidade que atinge hoje os proprietários de quiosques e *trailers*.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a dizer. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Gostaria de fazer algumas considerações sobre a questão de ordem dos Deputados Paulo Tadeu, Erika Kokay, Chico Leite e Cabo Patrício.

Gostaria de fazer um apelo à Líder de Governo, Deputada Eurides Brito, e também ao Secretário da Casa Civil, que se encontra nesta Casa, Dr. Geraldo Maciel. Solicito que V.Exas. tragam no dia de hoje um representante do Governo, talvez o Secretário de Estado, Dr. Giffoni, para esclarecer essas questões, porque houve um acordo, a lei tem que ser cumprida e nós seremos os guardiões do cumprimento desta lei. Deputada Erika Kokay, não tenha dúvida em relação a isso.

Então, solicito à nossa assessoria que faça os contatos com a Líder do Governo e com o Dr. Maciel para que ainda hoje, no decorrer da sessão, nós possamos conversar com o grupo dos quiosqueiros.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. conduz muito bem esta sessão e também este Parlamento. V.Exa. foi Líder do Governo e sabe da necessidade que nós temos de votar, quem sabe na tarde de hoje, a redação final e mais alguns projetos.

Solicito a V.Exa. que consulte os Líderes desta Casa, bem como os demais Parlamentares, para abrirmos mão dos comunicados e irmos direto para a pauta de votação. Faço esse apelo a V.Exa. e ao Plenário para que entendam que hoje chegou o dia de nós votarmos.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Wilson Lima, cumprimento V.Exa. e a Mesa, todos os Parlamentares aqui presentes. Quero cumprimentar também, Sr. Presidente, as pessoas que estão na galeria, no auditório, do lado de fora da Casa do Povo, aguardando que esta Casa se pronuncie e aprecie o Item nº 2 da pauta, que é a redação final do PDOT.

Portanto, eu queria pedir a V.Exa. e aos Parlamentares que, porventura, ainda não estejam no plenário, que encaminhemos uma solicitação à nossa Líder de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	6

Governo, Deputada Eurides Brito, para que possamos, assim que entrarmos na Ordem do Dia, colocar em votação a etapa final, o trâmite final do PDOT. Eu entendo que tudo que tínhamos que debater, discutir, todo o momento de ação do Legislativo sobre o PDOT já passou. Agora, o povo pede, Brasília pede que esta Casa se pronuncie sobre o PDOT.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de fazer a minha questão de ordem, quero dizer que não vou abrir mão da minha fala como Líder nem como Parlamentar. Quero deixar bem claro isso. E é preciso entender, porque toda vez o Deputado Wilson Lima pede isso aqui! Toda vez ele pede isso!

Então, quero deixar bem claro que, além das caras e bocas que sou sujeito a ver do Deputado Wilson Lima, não vou abrir mão; se é regimental, tenho um pronunciamento e tenho que falar!

Venho informar que é com pesar que registramos a morte de um Deputado Federal, o Deputado Clodovil, que morreu agora à tarde, no Hospital Santa Lúcia. E é com pesar que recebemos essa notícia. Um dos maiores comunicadores que esse País já viu. Sem ser jornalista, sem ser radialista, se tornou através do tempo uma das maiores inteligências que este País já viu.

Então, eu quero registrar, em nome dos Democratas, em meu nome pessoal, o nosso sentimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência também registra o sentimento de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Clodovil, e quero dizer ao Deputado Geraldo Naves que nem submeterei a questão do Deputado Wilson Lima ao Plenário, uma vez que o próprio, antes de respondê-la, já havia feito a sua objeção à proposta feita pelo Primeiro Secretário.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos algumas festividades marcadas para sexta-feira e sábado: a entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília ao radialista Marcelo Ramos, aqui da cidade, e também ao Sr. Luiz Amorim Gonçalves, antigo Presidente da NOVACAP. Portanto, solicito que V.Exa. coloque na Ordem do Dia os PDLs nºs 239 e 249, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	7

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. incluindo-os na Ordem do Dia; porém, a deliberação pela votação certamente será do Plenário. Peço à Assessoria de Plenário que os inclua na Ordem do Dia.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, V.Exa. fez uma nota de falecimento; então, se houve o substantivo, há o adjetivo, e o adjetivo é o minuto de silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Peço às galerias, aos Deputados e aos assessores que, considerando o voto de pesar feito pelo Deputado Geraldo Naves e também encaminhado pelo Deputado Brunelli, nós façamos um minuto de silêncio em memória do Deputado Federal Clodovil Hernandes.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Faço uma correção: acabamos de receber a informação de que o Deputado Federal Clodovil Hernandes teve morte cerebral, mas que o falecimento ainda não foi totalmente confirmado. Então, vamos aguardar as informações para, a partir de então, fazer a nossa manifestação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço essa manifestação para falar também daquilo que foi tratado pelo Deputado Paulo Tadeu, pelo Deputado Chico Leite e pela Deputada Erika Kokay com relação aos quiosques, pois nós tivemos notícia há pouco de que diversos quiosques na cidade do Guará foram fechados e alguns até demolidos.

O que nós gostaríamos de fazer? Dentro daquele espírito que V.Exa. expôs muito bem, nós gostaríamos que o Governo suspendesse esse tipo de atividade até que nós pudéssemos conhecer, com clareza, tudo que regulamenta a matéria. Afinal de contas, nós sabemos, porque estávamos no Executivo na época, que a intenção do Governo não era desalojar as pessoas, não era desempregar ninguém. A intenção sempre foi buscar uma solução definitiva, dentro do campo da legalidade, para que esses trabalhadores permanecessem trabalhando.

Esse tipo de atitude, neste momento, vai na contramão do objetivo final do Governo. Então, quero me alinhar à solicitação de V.Exa. para que o Governo, usando de bom senso, realmente suspenda esse tipo de atividade, não derrube e não feche ainda os quiosques, para permitir que ele próprio avalie os quiosques que poderão receber o alvará de funcionamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Raimundo Ribeiro, nós já fizemos o encaminhamento e estamos aguardando informações do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	8

Governo sobre a vinda do Sr. Secretário e do Diretor-Geral da AGEFIS para podermos discutir essa questão com a categoria aqui representada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

O primeiro Líder inscrito é o Deputado Cristiano Araújo, pelo Bloco Social Trabalhista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria que ansiosamente aguarda a conclusão da votação do PDOT, eu tenho alguns assuntos para abordar e V.Exa., Sr. Presidente, terá tolerância comigo.

O jornal *Correio Braziliense* do dia 14 de março passado publicou, viu Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Brunelli... Eu estou falando para os Deputados Benício Tavares e Benedito Domingos, que estão prestando atenção, enquanto Jesus telefona, e peço paciência ao Presidente, Deputado Leonardo Prudente, porque tenho 3 assuntos para abordar.

O primeiro assunto é uma matéria do *Correio Braziliense* do dia 14 de março de 2009, sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal, que tem o seguinte título: "Pauta repleta de homenagens." No corpo da matéria, ataca-se até as sessões solenes de aniversário de cidades do Distrito Federal. A meu ver, é um absurdo atacar homenagens ao povo de uma cidade. Acredito que o Deputado Chico Leite não falou isso, até porque eu já fui portador de mensagens de parabéns de S.Exa. em sessões solenes das cidades.

Então, faço essa abordagem para dizer que a Câmara Legislativa do Distrito Federal não é contra homenagem ao aniversário de cidades porque, ao tempo em que a sessão é feita, a Câmara está parabenizando, pelo aniversário de sua cidade, o morador, o cidadão. É preciso deixar bem claro isso porque parece que nós outros somos contra as sessões solenes de homenagem às cidades.

E digo mais, Sr. Presidente: na nossa plataforma, ainda que não divulgada, nós nos propusemos a levar a Câmara para as cidades. Eu disse a V.Exa. que uma das oportunidades seria nos aniversários. Para quê? Para que não haja essa disputa oca de autoria de requerimentos que homenageiam o aniversário de cidades.

Como a matéria está publicada – não sei de quem é a culpa, mas tenho certeza de que não é da Casa nem do Deputado Chico Leite –, podemos dizer que também foram atacadas as sessões solenes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	9

Quero dizer ainda que vou presidir uma sessão hoje relacionada à matéria: o Dia do Bibliotecário. É uma categoria funcional, é uma categoria de servidores que merece todo o nosso respeito e a nossa homenagem. Não vou para fazer gracinha nem para ganhar fácil a simpatia dessa categoria, porque não faço isso. Estou fazendo pelo cumprimento do dever e no exercício de uma atividade a que o Parlamentar tem direito.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, a jornalista Lilian Tahan é absolutamente fidedigna ao que eu disse. Ouça o que está entre aspas, que é o meu entendimento: “Têm várias formas de se debater na Câmara. É um erro achar que o trabalho parlamentar se resume ao plenário. Existem as comissões gerais e as audiências públicas, mas sessão solene, só se produzir algo para a sociedade, e título de Cidadão Honorário, só se tiver critério”. Foi isso o que eu disse.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu não estou dizendo que V.Exa. é autor da matéria. V.Exa. foi apenas entrevistado e, como a matéria foi publicada, eu, que tenho entendimento médio – não sou melhor nem pior do que ninguém –, digo que a matéria não foi boa. Foi muito ruim para esta Casa. E nós só podemos defender a Casa com ações. Sessão solene de homenagem às cidades é uma das ações positivas desta Casa e ninguém pode atacar.

Sr. Presidente, nós fizemos o levantamento do número de leis produzidas por esta Casa, de iniciativa de Deputados e do Governo, que não foram regulamentadas. Nós temos aqui, Sr. Presidente, um total de 553 leis que não foram regulamentadas pelos governos do Distrito Federal. E isso não é primazia de um governo só, mas dos governos.

À guisa de exemplo, de 1991 a 1994 não foram regulamentadas 57 leis, sendo 24 de autoria do Poder Executivo e 33 do Poder Legislativo; de 1995 a 1998 tivemos 285 leis que não foram regulamentadas, a maior incidência de não regulamentação – eu acho que faltou assessoria ao Governo -, 8 do Executivo e 277 do Legislativo; de 1999 a 2002 foram 89 leis, sendo 5 do Executivo, 81 do Legislativo e 3 de ação conjunta; de 2003 a 2006 foram 72 leis, sendo 5 do Executivo e 67 do Legislativo; de 2007 a 2010, já abrangendo 2010, não foram regulamentadas ainda 5 do Executivo e 45 do Legislativo.

Ao todo foram 553 leis, Sr. Presidente, que vamos passar para que V.Exa. encaminhe ao Sr. Governador. Eu já encaminhei ao Secretário da Casa Civil.

O último assunto diz respeito às mulheres. Eu queria a atenção das Deputadas mulheres, das nossas amigas mulheres e das mulheres presentes na galeria. Eu estou apresentando um projeto de lei que institui o Dia da Mulher Policial



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	10

no Distrito Federal. E não é, Deputado Chico Leite e quem por ventura ousar achar que é outra coisa. O projeto institui o Dia da Mulher Policial no Distrito Federal, a ser comemorado no dia 06 de setembro de cada ano. Eu vou dizer o porquê, eu vou ler: "As atividades profissionais há algum tempo eram exercidas exclusivamente por homens. Hoje as mulheres pilotam caças, perfuram poços de petróleo, trabalham na construção civil, ocupam cargo nos tribunais superiores e nos ministérios, comandam tropas, são astronautas, chefes de estado, árbitras de futebol, primeiras-ministras, governadoras, pilotos esportivas e profissionais.

A evolução e as transformações nas relações humanas permitiram que alguns valores e características próprias da mulher fossem agregados às relações de trabalho: a persuasão e o convencimento em oposição ao autoritarismo; a cooperação em substituição à competição e ao conflito; o trabalho em equipe em substituição ao individualismo; a delicadeza e a gentileza vencendo a força física.

Nesse sentido, também os órgãos integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal sofreram transformações profundas com o ingresso da mulher em seus quadros. A atuação da mulher policial promoveu uma melhora na qualidade das atividades de polícia preventiva, em especial nas ações assistenciais e de proteção voltadas para as mulheres, crianças e adolescentes. Atividades que, num primeiro momento, melhor se ajustaram à natureza feminina.

A força, determinação, a competência e o profissionalismo da mulher policial no Distrito Federal superaram barreiras e dificuldades, as quais muitas vezes originadas pela discriminação.

Hoje não há distinção entre homens e mulheres nas ações de segurança pública. Temos mulheres policiais civis, policiais militares e pertencentes à corporação feminina do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A Polícia Civil tem em seus quadros 1.575 servidoras, das quais 261 em cargo de chefia. Simbolizando o trabalho executado pela mulher na Polícia Civil, poderíamos destacar uma relação enorme de mulheres policiais que, em suas trajetórias, desempenharam e desempenham funções relevantes como Secretária-Adjunta de Segurança Pública, Corregedora-Geral de Polícia, Diretora-Geral de Academia de Polícia Civil, Delegado-Chefe, e por aí vai.

A Polícia Militar de V.Exa., Deputado Cabo Patrício, tem 99 oficiais e 802 praças – V.Exa. não sabe o total. E há de se destacar o trabalho de rua e o serviço operacional de combate à criminalidade executado pela mulher policial na ROTAM e no BOPE. Deputado Cabo Patrício, temos as policiais Sandra e Raquel lotadas no 8º Batalhão.

Nesse projeto, também estão incluídas as mulheres da carreira de apoio às atividades policiais. Nos bombeiros, temos 325 mulheres, 158 oficiais e 267 praças. Damos como exemplo a Cabo BM Poliana Rabelo Santana, a primeira mergulhadora de resgate da América Latina, além de Josilene de Souza, soldado, única especialista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	11

em salvamento e extinção de incêndio. Temos também mulheres no Departamento de Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal.

Assim, Sr. Presidente, propomos que a data de comemoração seja o dia 06 de setembro de 2006, quando, lastimavelmente, uma mulher escrivã de polícia, Josinei Cirqueira Carvalho, de 44 anos de idade, foi covardemente assassinada no interior da 12^a DP.

Pelo exposto, Sr. Presidente, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Eu abro mão de falar nos Comunicados de Parlamentares. Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, pela Liderança do PDT.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho a esta tribuna na tarde de hoje para fazer uma crítica a uma política do Governo: a questão dos postos policiais.

O conceito de política de segurança pública moderno exige mobilidade, exige que a segurança pública seja preventiva, esteja atuando de forma preventiva. Portanto, tem de ter mobilidade, tem de rodar, tem de ter uma viatura da polícia rodando, fazendo policiamento ostensivo. Esse é o conceito de segurança pública moderno.

Os postos policiais, a partir do momento que exigem que dois policiais tenham de ficar fixos neles, exigem que se tenha de colocar um número de policiais ainda maior nas ruas. Não sei o que fazer agora diante de os postos já estarem construídos e já ter sido gasto dinheiro público neles. Agora, não me parece o mais correto esse modelo que está aí.

Eu recebi um telefonema de um eleitor, e ele me disse que ocorreu um assalto nas imediações da 415 Sul, que ele foi ao posto policial chamar a polícia para ajudá-lo, e o policial disse o seguinte: "Não posso sair daqui, porque senão isso aqui vai ficar sem ninguém." Então, para que serve a segurança pública se a pessoa procura uma unidade de segurança pública e não tem uma resposta do Estado? Ele ligou para 190, e o 190 não atendeu. Ou seja, não é esse o caminho correto.

Isso não é uma crítica do ponto de vista destrutivo, é uma crítica do ponto de vista construtivo, porque a segurança pública nesta cidade precisa ser efetiva. Eu vejo nos jornais uma quantidade enorme de seqüestros relâmpagos. Eu vejo nos jornais uma sensação de insegurança por parte da população. E, mais do que ler nos jornais, eu sinto na rua uma preocupação grande com a segurança pública por parte da população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	12

Parece-me que os postos policiais não são a melhor maneira de atacar esse problema, porque o conceito de segurança pública moderna exige mobilidade e não algo estático, onde você tenha que manter ali dois policiais fazendo um trabalho quase que administrativo.

Eu queria apenas trazer essa reflexão e discutir com o Governo uma forma de trazer alguma mobilidade a esse processo, uma vez que já foram construídos esses postos, até para que dêem segurança à população do Distrito Federal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. aborda um tema que é de muita importância. Eu fico feliz por V.Exa. vir criticar o Governo e questionar a política de segurança pública no Distrito Federal.

Digo aqui que é uma crítica destrutiva. Por que crítica destrutiva? Desde o início, temos sido contrários à implementação dos postos policiais. Por quê? O Governo instalou, aproximadamente, oitenta postos policiais. O que significa que 40 viaturas deixaram de rodar no Distrito Federal, porque em cada posto policial têm de ficar dois policiais, na escala de 12 por 36 ou de 12 por 60, e se perde uma viatura ou duas motocicletas.

Pior que isso, Deputado Reguffe, é a incoerência do Governo, é a incoerência da Secretaria de Segurança Pública. E pior ainda é a incoerência do Governador Arruda, que gasta dinheiro, R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), para construir um posto policial, apregoando para a sociedade que dará segurança e, no entanto, aumentam-se os seqüestros relâmpagos, os assaltos e roubos, a apreensão de armas. O Governo, na sua incoerência, na falta de um planejamento de segurança pública, coloca uma base da ROTAM na cidade do Recanto das Emas com 20 viaturas, na contramão da implementação dos postos policiais. Mais absurdo ainda: no dia de ontem, segunda-feira, dia 16, coloca uma base do BOPE lá no Itapoã para combater a violência na cidade. Então, para que ele gastou R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) na construção e efetivação do posto policial se agora percebe que tem que colocar uma base, um efetivo com 20 viaturas para combater a violência? Era muito melhor que deixasse as viaturas rodando e os policiais fazendo o policiamento ostensivo e preventivo, na missão precípua que o policial tem de mais essencial, que é o elemento surpresa. Acabou-se o elemento surpresa!

No início da instalação dos postos policiais, muita gente era a favor. Mas é a falsa sensação de segurança. Só que essa falsa sensação de segurança, Deputado Reguffe, tem trazido transtornos e tem ceifado vidas no Distrito Federal.

Essa é a verdade da falta de política de segurança pública no Distrito Federal. E não é culpa dos policiais militares, que estão desmotivados e revoltados com a implantação dos postos policiais aqui no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	13

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Reguffe. Parabéns pelo seu discurso e pela sua intervenção.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se os apartes estão sendo computados?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sim, Deputada Eurides Brito, estão sendo computados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, o relógio parou.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Já voltou, Deputada. Se alguém apartear novamente e o Deputado que estiver usando a palavra conceder o aparte, ele vai ter de abrir mão da sua fala para poder ouvir o aparte.

Devolvo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, da mesma forma que o Deputado Milton Barbosa fez, acumulando o tempo dos Comunicados de Líderes com o dos Comunicados de Parlamentares, até pelo tratamento isonômico, eu solicito o mesmo tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Reguffe, o meu aparte é para dizer que em relação aos postos policiais, o Governo está implementando o que a população aprovou. O plano de governo do candidato, e não agora do Governador, o qual foi discutido exaustivamente na televisão, nos debates de rádio, na apresentação na imprensa, previa a criação dos postos policiais dizendo como seriam. O posto integra um sistema de segurança. Se analisado isoladamente, vão dizer que é uma grande droga, é muito pequeno, ficam apenas dois lá dentro. Mas eles são os olhos ao redor de toda aquela comunidade. Então, quando alguém diz que levou o BOPE e amanhã pode levar um quartel inteiro para dentro do Itapoã, mesmo tendo postos policiais, isso é ótimo, porque os policiais do posto policial açãoaram. Isso é muito bom.

Nós falamos tanto em democracia participativa, e os postos policiais são resultado dessa democracia participativa, porque o povo — doa o cotovelo de quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	14

doer — aprovou o programa com postos policiais e por isso elegeu o Governador Arruda.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Meu microfone está sempre baixo, eu não sei o que é. Está baixo? Dá para ouvir? (Pausa.) O pessoal da galeria está aí esperando para votarmos. Mas preste atenção numa coisa: admira-me muito o Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, censurar o BOPE no Itapoã. Aplausos à atitude da Polícia Militar e do Governo. O BOPE precisa ser desaquartelado, sim, sair dos quartéis. O exemplo tem de ser seguido e colocar também os bombeiros nas ruas. Levar a unidade para lá. Parabéns ao Governo! Parabéns!

Agora, Deputado Reguffe, lembrando o líder maior do partido de V.Exa., Sr. Leonel Brizola, nós poderíamos falar “n” coisas sobre segurança pública, mas jamais devemos tirar o mérito dos policiais militares do Distrito Federal, jamais devemos tirar o mérito de um posto de segurança instalado em uma comunidade. Isso é uma reivindicação antiga. Quando não havia posto, havia viatura parada nas esquinas e o soldado não tinha sequer uma guarita para se esconder da chuva e do sol. Hoje há um soldado e em cada comunidade está sendo instalada uma guarita. E V.Exa., Deputado Cabo Patrício, futuro tenente-capitão, sabe muito bem disso e tem de elogiar muito porque V.Exa. é um amigo inseparável do Governador e sabe muito bem das propostas para a Segurança Pública.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Geraldo Naves.

Sr. Presidente, quero dizer que fico feliz em trazer esse debate para a Câmara Legislativa porque aqui é o lugar onde tem de se debater isso.

Primeiro, eu queria me manifestar em relação ao que falou o Deputado Geraldo Naves sobre o BOPE. Eu penso que o BOPE tem de ser desaquartelado, sim, o BOPE tem de estar nas ruas sempre que for chamado, no caso de necessidade. Ele é uma força de operação especial e tem que ser usado, sim, a favor da população. Então, sobre a presença do BOPE no Itapoã eu não tenho mais informações, mas não tenho ressalvas.

Com relação ao aparte da Deputada Eurides Brito, que disse que esse é um projeto aprovado nas urnas, isso é verdade. Ele foi mesmo aprovado nas urnas, mas eu não concordo com ele. Eu tenho obrigação de criticá-lo quando eu achar que está equivocado. Você vai ter dois policiais presos num posto policial em vez de estarem policiando as ruas. Eu acho que o conceito de segurança pública moderno exige mobilidade, como eu já falei aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	15

Por último, com relação aos policiais militares, eles são contra os postos policiais também. A população e os policiais militares são contra. Foi realmente um projeto aprovado nas urnas que constava do programa de governo do Governador. Eu acho que, se S.Exa. assumiu um compromisso na campanha, tem que cumpri-lo. Agora, não é por isso que eu vou deixar de criticar algo que eu não acho que é bom para a população do Distrito Federal. Acho que seria um recurso mais bem aplicado, um dinheiro do contribuinte mais bem aplicado se comprassem mais viaturas ou se contratassem mais policiais. Aumentaria, na minha opinião, a segurança desta cidade ou pelo menos diminuiria, melhor dizendo, a insegurança desta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, moradores e futuros moradores, presidentes de cooperativas, associações habitacionais aqui representadas pela Coalizão pela Moradia Popular, vou procurar falar rápido, até porque acho que temos que dar celeridade à sessão. Essas pessoas que estão aqui no auditório e as que estão lá fora estão aguardando que esta Casa se pronuncie sobre a redação final, sobre a apreciação do PDOT. E eu quero concluir os Parlamentares para que façam uso da palavra o mais rápido possível, como farei.

Quero de forma rápida falar sobre a importância do PDOT para o Distrito Federal, para o Executivo, e sobre a importância que esta Casa deu a este projeto quando votou o primeiro e o segundo turnos. Eu tenho sempre resgatado que todos os Parlamentares desta Casa têm compromisso com a habitação, com a moradia digna, com o morar. Todos os Parlamentares que votaram a favor do PDOT votaram pela criação dos novos setores: o Indaiá, a Expansão do Paranoá, o Mangueiral, o Crixás, o Nacional, o Jóquei Clube, os espaços urbanos vazios em Samambaia, o Setor Habitacional Catetinho, que terá trinta mil habitações planejadas, ordenadas, verticalizadas, harmonizando o meio ambiente com o homem. Então, todos os Parlamentares desta Casa têm compromisso com a habitação.

Queria iniciar o meu momento de fala buscando esse resgate e dizer que o PDOT irá tratar tantos temas importantes, como a regularização das igrejas, a regularização das bancas de jornais e revistas, a regularização de todos os condomínios do Distrito Federal. Vejo aqui pessoas do Condomínio Arnaireiras, representantes da AMA – Associação dos Moradores da Arnaireiras e Areal. Sei o desafio que Arnaireiras vive hoje, com uma lei federal que impossibilita que o Estado tome qualquer ação. Com o PDOT aprovado, Arnaireiras passa a ser 100% urbana, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	16

a decisão do Juiz, a liminar, deixa de ter objeto, porque é fundamentada no argumento de que 70% da área é rural hoje. Então, o PDOT é muito importante para o Distrito Federal. Dessa maneira, eu queria usar o meu momento de fala para parabenizar vocês, as pessoas que estão organizadas, que estão aqui hoje legitimamente reivindicando, da sua Casa, a votação de um bom projeto.

Quero dizer que o PDOT é um grande projeto, é uma grande contribuição desta Casa ao Executivo. O PDOT oportuniza ao Governador Arruda entregar 80 mil habitações no DF. Deputado Cabo Patrício, isso é quase 10% do que o Governo Federal vai construir. O Governo Lula, que está com uma agenda positiva na área de habitação — e eu acredito nisso —, vai entregar 1 milhão de habitações. E o Distrito Federal tem hoje, com a liberação do PDOT, a oportunidade de entregar 80 mil habitações de forma planejada, ordenada.

Acabou-se a cultura da invasão no Distrito Federal. Não existe um único condomínio criado neste Governo. Quero render as minhas homenagens ao Executivo. Contudo, é importante que se criem os setores. É importante que o Estado resgate para si a política habitacional efetiva. É importante que quem mora em fundo de quintal, de favor, fique dentro da lei — quem resolveu seguir a lei, ficar em uma cooperativa, em uma associação séria, verdadeira, quem está na lista cadastral há 30 anos. Olha o absurdo disso, gente! Existem pessoas aguardando, Deputado Rogério Ulysses, há 30 anos pela habitação. O PDOT, hoje, é o grande resgate disso, e o Poder Legislativo, harmonizado com o Judiciário e o Executivo, pode dar o grande instrumento que essa comunidade merece.

Parabéns a vocês, a todos os Parlamentares, a esta Casa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, última inscrita pelo Comunicado de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ninguém mais do que nós deseja que esta cidade seja uma cidade onde caibam todas e todos. Desejamos que nesta cidade haja uma política de saúde em que todos se sintam pertencentes a ela. Desejamos que não aconteça o que estamos vendo na saúde ou na educação. Que não vejamos na saúde, no Hospital de Sobradinho, por exemplo, o Raio-X quebrado e dois Raios-X novos encaixotados, não utilizados. Ao que tudo indica, o Governo tem anunciado que aquela área de Raio-X será terceirizada, entregue ao empresariado. Ninguém mais do que nós quer uma política habitacional que conte com realmente a população que não tem casa. Ninguém mais do que nós priorizou e discutiu o Noroeste. Dizíamos, à época, que não é de habitação para a população de alta renda que esta cidade precisa, porque quem pode comprar uma habitação no Noroeste pode comprar uma em qualquer lugar, não precisa da intervenção do Estado para isso. E ninguém mais do que nós tem lutado para fazer com que o Plano Diretor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	17

Local do Guará contemple as quadras que previu para as habitações de interesse social.

Quando discutíamos o PDL do Guará, esta galeria estava lotada de pessoas que diziam: "quero morar e lá haverá duas quadras para habitações populares". O PDL foi aprovado em 2005 ou 2006 e até hoje não foi construída uma única habitação popular, mas ali há uma série de habitações de luxo sendo construídas. Quando questionamos o procedimento de como se deu o PDOT, nós o fazemos para assegurar que ele contemple realmente quem precisa. Quando questionamos que as áreas não estão delimitadas, é porque hoje, da forma como está, se houver interesse do Governador em contemplar um amigo seu ali próximo, S.Exa. pode fazê-lo sem que possamos fazer nada. Isto porque, quando votamos o PDOT nesta Casa, votamos sem saber exatamente quais eram as áreas e sem termos acesso aos mapas. Quando questionamos as emendas, é porque essas emendas podem anular o processo do PDOT. E digo isso porque a posição do Ministério Público é absolutamente nítida de que irá questionar a forma como foi construído esse PDOT.

Não queremos que aconteça com o PDOT o que aconteceu com o projeto das igrejas. E sugerimos ao Governador que, na discussão do PDOT, pudéssemos desmembrá-lo para contemplar as áreas de interesse social dentro de todas as normas legais e deixar o que fosse questionável para outro projeto. Propusemos isso também para o projeto das igrejas. Eram 1.200 igrejas e entidades de assistência social, e o Governo dizia que havíamos de aprovar o projeto como estava para regularizá-las. Dessas, 400 poderiam já estar regularizadas. Como o Governo não aceitou desmembrar o projeto, todas estão sem regularização.

O que quero dizer com tudo isso é que a nossa posição, quando levantamos uma série de dúvidas sobre o PDOT, não é contrária a vocês que estão aqui. É para que o direito de vocês seja assegurado e vocês não sejam vítimas como foi vítima a população de baixa renda do Guará, que seria contemplada com as cooperativas, mas que, até hoje, não viu ser efetivada a sua casa. Por isso, eu queria dizer que defendemos, sim, uma política habitacional que contemple quem precisa e reconhecemos o interesse do Deputado Batista das Cooperativas por esta luta. Porém, queremos fazer isso de uma forma inquestionável. Por isso, digo a vocês – e o faço com muita alegria de ver essa galeria cheia, porque venho de uma época em que o povo não podia se manifestar – que achamos que a votação em segundo turno do PDOT deveria ser revista e que deveríamos votar de novo com a correção de todos os vícios já tantas vezes pontuados.

Sem problema algum de proceder à discussão com cada uma e cada um de vocês, que têm o meu maior respeito, estamos apresentando um requerimento para que seja discutida, de acordo com as críticas fundamentadas já pontuadas, a anulação da votação, em segundo turno, do PDOT. Façamos tudo sem nenhum tipo de questionamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	18

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero deixar claro que abri mão do meu pronunciamento como Parlamentar, mas não posso me furtar de fazer uma questão de ordem ao ouvir aqui as condenações, as dúvidas levantadas por alguém que não compareceu a nenhuma das 14 audiências realizadas para discutirmos o PDOT. Nós ficamos aqui até as 5h da manhã para votarmos o PDOT. Nós o votamos ao cantar da coruja e do sabiá. Vamos votar o PDOT no canto da coruja.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Pergunto aos Srs. Parlamentares se gostariam de fazer uso da palavra.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando a paciência de V.Exa., eu gostaria de deixar registrado que hoje é dia de São Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está registrada a lembrança de V.Exa., Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta para que o Item nº 2 seja o primeiro item da pauta a ser votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Como o Item nº 01 refere-se a um voto, ele obstrui a pauta. Mas, se houver um acordo entre os Líderes, nós votaremos o Item nº 02 imediatamente. Se não houver acordo, certamente eu terei que chamar o Item nº 01 da pauta.

Pergunto aos Srs. Líderes se há alguma objeção em invertermos a pauta para começarmos a votação pelo Item nº 02, que trata da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007. (Pausa.)

Não há objeção da Liderança da Oposição. Os Líderes dos demais partidos também não se manifestaram de forma contrária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	19

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a princípio, eu não faço nenhuma objeção, pois a inversão é de apenas um item e não divergimos quanto à manutenção do voto que foi apostado a esse projeto. Entretanto, nós protocolamos um requerimento, e eu gostaria que fosse exarada uma posição desta Presidência. Portanto, solicito que ele seja apreciado antes da votação do Item nº 02, que trata da redação final do PDOT. O nosso requerimento busca a anulação da votação, em segundo turno, do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do expediente sobre a mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 47, de 19/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 17^a Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse votada, juntamente com o requerimento, a moção de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Wilson Lima, há dois assuntos distintos. Vou inserir a moção de V.Exa. na Ordem do Dia.

Trata-se do Requerimento nº 1.424, de 2009, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que “requer anulação do processo de votação do segundo turno do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2007”.

Faremos a leitura somente do *caput* do requerimento:

“Com amparo no art. 145 do Regimento Interno, art. 60, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), os Parlamentares adiante subscritos vêm requerer que seja submetido à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	20

apreciação do Plenário desta Casa, em votação nominal, o presente requerimento de anulação do processo de votação do 2º turno do substitutivo ao PLC 46/ 2007.”

Esta Presidência acata a questão de ordem da Deputada Erika Kokay. Para que seu requerimento não seja prejudicado, nós o colocaremos como primeiro item da Ordem do Dia. Logo em seguida, votaremos o Item nº 2, que é a redação final.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. por ter acatado o requerimento apresentado pela Deputada Erika Kokay. Aproveito para concluir a bancada de Governo a vir ao plenário.

Antecipo que, como bancada de Governo, diremos “não” ao requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência informa aos Parlamentares que – a votação é nominal – a Líder de Governo já fez o encaminhamento.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.424, de 2009, de autoria da bancada do PT, que “requer a anulação do processo de votação do 2º turno do substitutivo ao PLC 46/2007”.

Passemos à discussão do referido requerimento. Antes, porém, gostaria de lembrar que são apenas 3 minutos para cada Parlamentar inscrito.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é verdade que nós não participamos de nenhuma audiência pública porque o Partido dos Trabalhadores questionou o método e o procedimento, que estavam ao arreio do que prevê a legislação para a discussão do PDOT. E, ainda, Sr. Presidente, as audiências públicas têm de ser realizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo. O Legislativo não pode suprir as audiências promovidas pelo Executivo, tampouco o Legislativo pode delegar suas atribuições específicas ao Executivo.

Nós vimos aqui na discussão interna que o próprio relator, conforme ele confessou, não tinha disponível o programa que possibilitava o mapa em escalas reais. Nós não podemos aqui aprovar faixas e manchas, porque elas podem favorecer pessoas que vão contra os interesses de democratização do uso do solo e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	21

de democratização da própria renda da cidade, podem favorecer empresários, sabemos disso.

Ora, dizer que se acredita que o governador não fará isso significa dizer que o governador pode fazer, se quiser, e isso foi dito pelo relator. Tivemos aqui um Parlamentar que, ao apresentar uma emenda, foi muito claro ao dizer que todos nós sabemos que nesta Casa as emendas não eram discutidas com os Parlamentares, quem decidia sobre elas era o Executivo. Isso se chama delegação de poderes, de atribuições que cabem precipuamente ao Poder Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, é impossível não termos os mapas delineados, os estudos técnicos pontuados, o conhecimento de todas as emendas – tivemos 30 minutos para analisar 300 emendas. Alguns dizem que conhecem todas as emendas, mas se conhecem como votaram em duas emendas antagônicas que deram o maior trabalho para ser corrigidas na redação final. Só para se ter idéia, aqui se aprovou emenda que era contraditória, antagônica à outra. Se alguém conhece essas emendas, e conhecia antes da votação, não poderia ter votado em duas emendas antagônicas.

Por isso eu digo, sem medo de errar, que estamos aqui para preservar a legalidade e os interesses populares.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão. Nós temos mais dois inscritos: Deputado Cabo Patrício e Deputado Geraldo Naves. Em seguida, colocaremos o requerimento em votação.

O Deputado Geraldo Naves abre mão de sua fala.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e galeria, eu não poderia deixar de vir aqui, até porque a companheira Deputada Erika Kokay, Líder do PT, também veio, e eu vi toda a discussão do PDOT, até a aprovação do primeiro e segundo turnos.

Faço questão de vir até aqui. Que as pessoas valem, mas olhem no olho! Sabem por quê? Estive nesta tribuna, na apreciação do projeto das igrejas e entidades de assistência social. Eu disse que o projeto seria anulado, segundo a votação, e que as entidades não seriam regularizadas. Até hoje, as entidades religiosas e de assistência social não foram regularizadas.

O Catetinho, se todos leram o texto do PDOT, Deputado Batista das Cooperativas, tem uma lista de exigências que o Governo do Distrito Federal tem que cumprir. Mas, para o Noroeste, para a DF-140, para uma série de áreas que estão nas manchas e não nos mapas, não foi feita nenhuma exigência. Tanto é que o Noroeste já foi licitado. Vamos jogar, aqui, às claras, sem fazer cortina de fumaça,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	22

porque, daqui a seis meses, um ano, quando for declarada a constitucionalidade, essa galeria e o auditório estarão lotados de novo, mas para saber por que esta Casa aprovou um projeto com irregularidades. E nós, da bancada do PT, não iremos legalizar o ilegal. Sabe por que, Deputado Batista das Cooperativas? O Procurador do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, e seus promotores vieram a esta Casa e participaram das audiências públicas, uma por uma – isso é função do Executivo e não do Legislativo. Eles pediram que fossem incluídos na votação da redação final os mapas, as coordenadas e os memoriais descritivos que não constam do projeto. Sabem por quê? Porque o que vai se aprovar aqui hoje é a redação final. É nada mais do que foi votado e reprovado, no dia 15 de dezembro, neste plenário. Não se pode mudar mais nada; já foi aprovado; é o que passou pela Comissão de Constituição e Justiça. É simplesmente uma formalização do que foi votado.

É bom que isso fique claro, porque depois, assim que for votado aqui o que já foi aprovado em dezembro, o Ministério Público entrará com uma ADIn. Não é culpa desta Casa, dos Parlamentares. Depois, no final das contas, tudo o que acontece cairá no colo dos 24 Parlamentares, Deputado Geraldo Naves, a exemplo do projeto dos quiosques, dos *trailers* e similares, das igrejas, dos templos religiosos e entidades sociais. É bom que isso fique claro, porque depois vamos ter coragem de olhar olho no olho, com muita clareza, com muita transparência.

Coloco isso porque fui Líder ano passado e acompanhei a Deputada Erika Kokay, que fez muito bem... (falha no som) de forma nominal, inclusive, companheira. Espero que seja pedido, na votação aqui, questão de ordem, para que depois cada um possa assumir o seu voto nas ruas. Os empresários do ramo imobiliário estão enchendo as burras de dinheiro com a aprovação do PDOT. Esta é a grande verdade: pessoas que dormiram pobres acordaram milionárias na votação, no mês de dezembro, nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Encerradas as discussões, iniciaremos o processo nominal de votação do requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A Deputada Eurides Brito já fez o encaminhamento pela Liderança do Governo, pelo voto “não”. Pergunto à Líder da Oposição, que fez o seu encaminhamento pelo voto “sim”...

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	23

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



DATA: 17/03/2009

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / /2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) 1429/09
- OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Bancada do PT Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	/	X			
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUEH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERO LUCENA	PMDB				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	4	17	3		

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <i>Wilson Lima</i>		ASSSP/ N° /
CONSOLIDADO POR <i>13/03/2009</i>		FOLHA N° _____
ASSINATURA	MAT.	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários e 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

O requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores foi rejeitado.

Item nº 2:

Apreciação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Informo que a votação em segundo turno completa os turnos regimentais de votação. Situação que veda o recebimento de emenda, salvo de redação. Nesta situação, o projeto recebeu 3 emendas de redação.

Registro que, de igual forma, o texto da redação elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça foi disponibilizado como avulso aos gabinetes da Casa pela Presidência da CCJ em 03/03/2009, cumprindo o preceituado no art. 204 do Regimento Interno, *Caput*, e que foram distribuídos junto a estes os avulsos referentes às emendas de redação, assim considerados conforme nota técnica da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim, com a previsão do art. 204, § 2º, solicito à CCJ que manifeste parecer sobre as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses, que proceda à leitura do parecer às 3 emendas de redação já informadas.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço autorização para fazer a leitura direta das emendas, dispensando, com isso, a leitura total da nota técnica feita, à época, pela então Presidente, Deputada Eurides Brito, e a competente equipe da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Quero lembrar que a emenda de redação não tem relatório.

O Relator aqui designado fará apenas a leitura da redação e nós a colocaremos em votação.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feita a emenda de redação em relação ao art. 324.

Emenda de Plenário nº 3, de 2009, ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	25

"Corrija-se o Mapa 7 (áreas onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico), complementando-se com a área do Núcleo Rural Capoeira do Bálsmo (planta anexa) e dê-se ao art. 324 da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, a seguinte redação:

Art. 324. A área do Núcleo Rural Capoeira do Bálsmo, compreendida entre a Rodovia DF-15 e a APM Taquari, integra o Anexo VII, Mapa 7, como área onde as glebas com características rurais podem ser objeto de contrato específico."

Essa é a Emenda nº 3, que cancela a Emenda nº 38.

Temos ainda mais 2 Emendas de Plenário referentes à redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

Emenda de Redação Final nº 01, de 2009:

"Suprima-se o art. 135, inciso XLI, do texto da redação final do PLC 46/2007 e acrescente-se uma nova área de regularização de interesse social, fora de Setor Habitacional, denominada 'ARIS QNP 22 e 24', que deverá constar do Mapa 2, na tabela 2B e no Anexo VI."

Emenda de Redação Final nº 02, de 2009, de autoria do Deputado Benício Tavares, à redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências":

"Acrescente-se ao Mapa 7 do Anexo 7 da redação final a área do Setor Horta Comunitária, situada na Região Administrativa de Planaltina."

São essas as emendas, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós deveríamos analisar aqui, hoje, apenas emendas de redação. Nós estamos aqui discutindo a redação final. Qualquer que seja o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – disforme como está, com emendas que colidem com mudanças de gabarito e sem respeitar nenhuma ordem urbanística –, está conforme aprovado por esta Casa. Não nos cabe incluir áreas de interesse social qualquer que seja, por mais legítimo que seja. Por mais legítimo que seja! Pode-se, depois, buscar e incluir em um projeto de lei complementar de autoria do Executivo, que poderemos discutir. Não nos cabe anexar qualquer coisa ou condições ao mapa, porque ele é parte integrante do PDOT e, por isso, questionamos a sua inexistência. Sem mapa é absolutamente impossível se verificar realmente o que se está aprovando. Por isso questionamos. Passaram-nos *croquis* com manchas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	26

Portanto, Sr. Presidente, anexar ao mapa não significa mudar redação; significa emendas que atuam no mérito. Assim, eu sugeriria que essas emendas, que têm um viés de mérito, pudessem ser transformadas em projeto de lei complementar, sendo justas às emendas, e não colocá-las aqui como emendas de redação. Estamos falando apenas de redação, de emendas praticamente ortográficas, de expressão, de redação, e não de mérito.

Então, Sr. Presidente, eu levanto uma questão de ordem acerca da inoportunidade ou da inadmissibilidade da discussão sobre as emendas que aqui foram lidas, que, nos parece, não são emendas de redação. Elas seriam cabidas em um segundo turno, e não neste momento. Agora, se os autores das emendas quiserem rever suas posições e aprovar o requerimento para anularmos o segundo turno e discutirmos novamente, estaremos absolutamente disponíveis para essa discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada, essa matéria está vencida.

Eu gostaria de ler o Inciso III do art. 146 do Regimento Interno, que diz: "Emenda de Redação objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente".

Esta Presidência tem o entendimento de que todas as três emendas se enquadram nesse inciso. Portanto, informo que, na forma também do § 3º do art. 204, está que a discussão só é permitida pelo autor da emenda e pelo relator. Assim, indago aos autores das três emendas, Deputados Roberto Lucena, Milton Barbosa e Benício Tavares, e ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, se desejam fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não o desejando, encerro a discussão do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Utilizando-se do previsto no art. 205, § 4º, do Regimento Interno, começaremos pela votação das emendas pelo processo nominal.

Consulto o Plenário se votaremos as 3 emendas em bloco ou isoladamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não estamos aqui discutindo o mérito das emendas. Nós estamos fazendo uma discussão pautada no Regimento, que diz que esta etapa do processo é para discutirmos a redação final e não para discutirmos a inclusão. Os itens que V.Exa. leu acerca do Regimento, no que nos cabe nesta etapa do processo, não se enquadram no sentido das emendas que aqui foram lidas. V.Exa. fala de lapsos. Lapsos em quê,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	27

se essa discussão não estava sendo proposta? Imprecisão de técnica legislativa. Onde há técnica legislativa? Talvez uma técnica urbanística, mas não uma técnica legislativa.

Sr. Presidente, não estamos discutindo o mérito das emendas, porque não temos como opinar sobre ele. Quanto às áreas de interesse social de acordo com as normas urbanísticas, não temos nada contra o mérito, mas não temos como opinar especificamente sobre isso. Estamos apenas dizendo que conduzir um processo de discussão da redação final entrando em aspectos que dizem respeito a outra etapa já vencida por decisão deste Plenário significa eivar de maiores e mais profundos vícios o processo de discussão nesta Casa Legislativa.

Por isso, Sr. Presidente, apelo para o bom senso de V.Exa., a fim de que possamos transformar o sentido que levou os autores – obviamente muito bem intencionados – a efetivar essas emendas, para que sejam transformadas em um instrumento legislativo correto.

É apenas isso, Sr. Presidente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento sobre a declaração feita pela minha ilustre colega Deputada Erika Kokay, em reforço à interpretação que V.Exa. acaba de dar ao artigo do Regimento Interno. Eu gostaria que até a Dra. Tânia ouvisse o que eu direi, pois é ela que tão bem assessorava a Deputada Erika Kokay.

Na reunião de quinta-feira, fizemos uma reunião final, convocada pelo Presidente, para que os Deputados que tivessem alguma dúvida sobre a redação final pudessem estar conosco. Isso eu fiz prontamente. Convoquei os técnicos da Casa, os mesmos que nos ajudaram ou que tiveram a tarefa de fazer a redação final, mais os técnicos do SEDUMA. Compareceu à reunião um técnico do PT também.

Sr. Presidente, devo dizer que, de início, a minha primeira postura foi a mesma da Deputada Erika Kokay de deixar para depois, mas fui convencida pelos técnicos da Casa. Hoje estou convencida de que, desde aquele momento, eles tinham razão de que se tratava de emendas amparadas no artigo.

Quero dizer, para a tranqüilidade dos pares, dos colegas da bancada de Governo que estão sendo chamados a votar e para todos os outros, à luz da sua consciência, que tive de cassar a palavra do assessor do Deputado Rônay Nemer, que estava presente à reunião e queria me explicar por que a emenda se enquadrava em emenda de redação. Eu disse: "Vou te pedir desculpas, mas não estou pedindo o assessoramento do senhor. Eu estou pedindo assessoramento dos técnicos da Casa, porque essa foi a minha postura durante todo o tempo da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	28

elaboração da redação final.” Depois, até pedi desculpas a ele por minha atitude, mas tomei a atitude de não ser assessorada nem pelos meus assessores nem pelos assessores dos colegas durante a redação final.

Os assessores da Casa, competentíssimos, convenceram-me que todas se enquadram em emenda de redação. Eu estou extremamente tranquila para apoiar a leitura e a posição tomada pelo Deputado Rogério Ulysses.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu queria informar que, se os Deputados entenderem que existe algum vício na emenda, poderão, no momento da votação, fazer o seu manifesto.

Esta Presidência mantém o entendimento da pertinência das emendas. Então, colocaremos as emendas em votação.

Faço mais uma consulta ao Plenário se há objeção a votarmos em bloco as três emendas. (Pausa.)

A Presidência questiona a Deputada Erika Kokay se há objeção. (Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, nós não fomos à reunião de quinta-feira porque não temos dúvidas de que não se trata de emenda redacional. A reunião foi convocada por V.Exa. para os Parlamentares que tivessem dúvidas. Nós não temos dúvida. Nós não temos dúvidas de que essas não são emendas de redação, são emendas de mérito. Nós não temos dúvida de que o processo não teve, em todas as suas etapas, a participação popular. Nós não temos nenhuma dúvida de que aprovamos e delegamos poderes precípios da Casa ao Executivo. Há inclusive um ofício da então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que, diga-se de passagem, fez um belo trabalho de redação final, dizendo que não havia condições de fazer a redação final e solicitando a participação de técnicos da SEDUMA – uma promiscuidade de poderes.

Portanto, não temos dúvidas. E, por não termos dúvidas, Sr. Presidente, é que nós nos recusamos, a bancada do Partido dos Trabalhadores, a estar presentes a esta votação, para não validarmos, sob hipótese alguma, um processo extremamente nocivo ao Estado Democrático de Direito e extremamente nocivo a todos os avanços da participação popular. O Estatuto das Cidades, quando exige a participação, faz isso para romper a lógica tecnocrata e absolutista de o Executivo determinar como será construída e ordenada uma cidade e para se escutar quem mora nessa cidade.

Por isso, Sr. Presidente, estou apenas informando a V.Exa. e aos demais Parlamentares que a bancada do Partido dos Trabalhadores, em sinal de protesto e para não validar este crime que está sendo cometido, está se retirando do plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, eu gostaria de solicitar a V.Exa. e também à Deputada Eurides Brito que subam até a tribuna para conversarmos por dois minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	29

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nós vamos dar continuidade aos trabalhos. Apenas trago ao Plenário os esclarecimentos que foram feitos pelos técnicos, uma vez que não se está incluindo absolutamente nada novo no projeto, nem se está excluindo nada do projeto. A redação apenas dirime questões conflitantes dentro do texto da emenda que foi aprovada na noite em que o projeto foi votado em segundo turno. Portanto, nós vamos colocar em votação.

Pergunto aos Deputados se há algum óbice em votarmos as 3 emendas em bloco. (Pausa.)

Não havendo objeção, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, lembrando que aqueles que votarem “sim” estarão de acordo com as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando as emendas de redação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa. para fazer o encaminhamento da votação pela Liderança de Governo.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu encaminho pelo acatamento das 3 emendas, com a consciência absolutamente tranquila de que elas se enquadram nos termos regimentais, naquilo que é entendido como emenda de redação. Portanto, o voto da bancada deve ser “sim”, pelo acatamento das 3 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra para encaminhamento, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

DATA: 17/03/2009

**VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
 REDAÇÃO FINAL EM / /2009**

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
 RECURSO Nº (S)
 REQUERIMENTO Nº (S)
 OUTROS Enunciados de Redação nos 01, 02 e 03
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-		X		
	CHICO LEITE	PT	-		X		
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-		X		
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-		X		
	RAAD MASSOH	DEM	-		X		
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROBERO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18	01	03		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <i>Nelson Lima</i>	CONSOLIDADO POR <i>Paulo</i>	ASSP/ N° <i>1</i>
ASSINATURA	MAT. <i>13921</i>	FOLHA N° _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17ª Sessão Ordinária	31

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 5 ausências.

As Emendas de Redação nºs 1, 2 e 3 estão aprovadas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que incluísse na pauta da Ordem do Dia o Processo nº 43/2009, que trata da aprovação do nome do novo Subprocurador-Geral do Distrito Federal. O Subprocurador foi sabatinado hoje, pela manhã, e passou com louvor.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Se não houver objeção do Plenário, incluirei o Processo nº 43/2009 na Ordem do Dia.

Encerrada a apreciação das emendas, esta Presidência passa à imediata apreciação da redação final.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a redação final permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A redação final do Projeto de Lei Complementar 46, de 2007, está aprovada com a presença de 18 Deputados.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a votação das moções.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos, a Líder do Governo pela condução dos trabalhos deste projeto e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque hoje esta Casa dá um grande exemplo para a sociedade do Distrito Federal. Parabenizo todos que estão na galeria, no auditório, as pessoas que estavam aguardando pacientemente até agora. Parabéns!

Hoje, mais do que nunca, esta Câmara mostrou como ela é proativa. Parabéns! Hoje me sinto muito mais Deputado, Deputado Benício Tavares.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a aprovação do Plenário, solicito a V.Exa. que coloque em votação o Item nº 24 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa. Já foram solicitadas algumas inversões. Após elas, a de V.Exa. será a próxima.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 326, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelo êxito alcançado alunos do CEM 01 do Gama aprovados no 1º vestibular de 2009 da UnB.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 327, de 2009, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “parabeniza os cidadãos que menciona pelos serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal”.

Item nº 31:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 302, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza pelo excelente desempenho, no prêmio nacional Assis Chateaubriand 2008/Projeto Memória, a pessoa que menciona”.

Item nº 32:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	33

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 307, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama a pessoa que menciona”.

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 308, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “parabeniza a equipe multidisciplinar do CRAS, CRES e COSE pelos relevantes serviços prestados à sociedade de Planaltina e do Distrito Federal”.

Item nº 34:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “parabeniza os peritos papiloscopistas pelos relevantes trabalhos prestados ao Instituto de identificação da Polícia Civil do Distrito Federal”.

Item nº 35:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 316, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “manifesta apoio e parabeniza os profissionais papiloscopistas da Policia Civil do Distrito Federal”.

Item nº 36:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 317, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “parabeniza os integrantes das direções, professores e alunos do Colégio Militar Dom Pedro II, pelo desempenho obtido na quarta edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)”.

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 318, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “hipoteca votos de louvor e parabeniza o diretor do Centro de Progressão Penitenciária, Reginaldo Rocha Sardinha, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 319, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal os Policiais Militares do Distrito Federal que menciona”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 322, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “hipoteca votos de louvor e parabeniza a maestrina Arnely Ferreira Pires Schulz pelos relevantes serviços prestados a comunidade do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17ª Sessão Ordinária	34

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 323, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “parabeniza o Clube Recreativo e Esportivo dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal – CRESSPOM pelo vice-campeonato da Super Liga de Futsal”.

Item nº 41:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 324, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “parabeniza os jogadores e a comissão técnica do time de futsal Clube Recreativo e Esportivo dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal – CRESSPOM pela conquista do vice-campeonato da Super Liga de Futsal 2009”.

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 325, de 2009, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os líderes comunitários pelos serviços prestados à comunidade”.

Em discussão, em bloco, as proposições. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se for possível, ainda hoje, solicito a V.Exa. que faça uma inversão de pauta e coloque o Item nº 14, de minha autoria, em apreciação. Agradeço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., lembrando que à frente do item de V.Exa. há o projeto do Deputado Roberto Lucena, há dois PDLs e há o processo que trata da indicação do Subprocurador-Geral.

Faço um comunicado bem lembrado pelo Deputado Geraldo Naves, agora sim de forma oficial, do falecimento do Deputado Federal Clodovil Hernandes.

Neste momento, convido o Plenário a prestarmos a nossa homenagem ao Deputado Federal Clodovil Hernandes com um minuto de silêncio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	35

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado.

Esta Presidência registra que esteve conosco – não sei se ainda se encontra na Casa – o Presidente da Câmara de Vereadores da Cidade Ocidental, o Vereador Marcelo Araújo. Registro então os cumprimentos ao Vereador, extendo-os a todos os demais integrantes da Câmara de Vereadores da Cidade Ocidental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Processo nº 43, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “indica o nome do Subprocurador-Geral do Distrito Federal Marcelo Lavocat Galvão para o cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal”.

Esta Presidência comunica ao Plenário que o nome do Procurador-Geral já foi apreciado em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça no dia de hoje, tendo sido ali aprovado, em parecer, por 4 votos favoráveis e 1 ausência.

Desta forma, submeto o parecer da Comissão de Constituição e Justiça à apreciação do Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	36



DATA: 17/03/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

**VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
 REDAÇÃO FINAL EM / /2009**

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS PARECER DA CCJ À INDICAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DO DF

PPROC N° 43/09

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-		X		
	CHICO LEITE	PT	-		X		
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-		X		
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	-		X		
	RAAD MASSOUH	DEM	-		X		
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	-		X		
	REGUFFE	PDT	-		X		
	ROBERO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	17		2		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <i>Wilson Lima</i> CONSOLIDADO POR <i>13/03/2009</i>		ASSP/ N° <i>1</i>
ASSINATURA <i>W. Lima</i>	MAT. <i>13/03/2009</i>	FOLHA N° <i>1</i>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	37

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 7 ausências.

O nome do Subprocurador-Geral do Distrito Federal Marcelo Lavocat Galvão foi aprovado para o cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal.

Em obediência ao previsto no art. 227, VIII, do Regimento Interno desta Casa, o pronunciamento da Câmara Legislativa consignado neste resultado de votação será comunicado ao Sr. Governador, através de mensagem do Gabinete dessa Presidência.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB) Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, seguindo a seqüência do que já foi pedido, solicito a V.Exa. que inclua o Item nº 29 na ordem do dia de hoje. Trata-se do Requerimento nº 1.414, de 2009, que requer a realização de audiência pública para debater o transporte escolar público.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Jaqueline Roriz, acato a solicitação de V.Exa. Gostaria apenas de informar que temos dois PDLs – os Itens nºs 24 e 14 – para serem votados. Em seguida, apreciaremos o Item nº 29 solicitado por V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como há dois PDLs para serem votados, eu gostaria de solicitar a apreciação do PDL nº 244, de 2008, Item nº 27 da pauta da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2008, autoria do Deputado Brunelli, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcelo Machado Ramos”.

Item Extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	38

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Luis Aboriham Gonçalves”.

Item nº 27:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Marco Antônio Feliciano”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, nós analisamos minuciosamente as propostas dos Deputados Brunelli e Berinaldo Pontes, que concedem título de Cidadão Honorário de Brasília aos Srs. Marcelo Machado Ramos, José Luiz Aboriham Gonçalves e ao Pastor Marco Antônio Feliciano.

Os Projetos atendem aos requisitos legais desta Comissão. Somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer da CCJ sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17ª Sessão Ordinária	39

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão as proposições em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final das referidas proposições.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2008, autoria do Deputado Brunelli, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcelo Machado Ramos”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Luis Aboriham Gonçalves”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Marco Antônio Feliciano”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Item nº 24:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	40

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 966, de 2008, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que “institui a Semana Distrital de Atenção à Saúde Masculina”.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 966, de 2008, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que “institui a Semana Distrital de Atenção à Saúde Masculina”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Educação e Saúde, não vejo óbice quanto à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Lembro aos Srs. Deputados que estamos com o *quorum* baixo e o processo de votação será nominal.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 966, de 2008, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que “institui a Semana Distrital de Atenção à Saúde Masculina”.

Sr. Presidente, a presente proposição atende aos pré-requisitos de constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e de redação. Portanto, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer.
(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	41

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

DATA: 17/03/2009

**VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
 REDAÇÃO FINAL EM / /2009**

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S)(VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
 PROJETO DE LEI Nº(S) 966/09
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
 RECURSO Nº (S)
 REQUERIMENTO Nº (S)
 OUTROS
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Roberto Lucena Executivo
 Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ERIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
	REGUFFE	PDT				X	
	ROBERO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	14	0	10		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <u>MILSON LIMA</u> CONSOLIDADO POR <u>Paulo</u> 1382 ASSINATURA		ASSP/ N° _____ / _____ FOLHA N° _____
MAT.		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	43

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre a colocação de advertência nas embalagens de bebidas alcoólicas, no âmbito do Distrito Federal”.

Esta matéria tem a sua tramitação concluída; entretanto, recebeu uma emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde à emenda ao Projeto de Lei nº 71, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre a colocação de advertência nas embalagens de bebidas alcoólicas no âmbito do Distrito Federal”.

Dê-se ao art. 4º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 4º. O responsável pela confecção e pela colocação da advertência de que trata o *caput* do art. 1º terá o prazo de 360 dias, contados da data dessa lei, para se adaptar às suas disposições”.

A justificativa da presente emenda visa alterar o prazo da aplicação da lei para adaptação das empresas responsáveis pela confecção e colocação da advertência nas embalagens de bebidas alcoólicas produzidas e comercializadas no âmbito do Distrito Federal.

O parecer da Comissão é pela aprovação da emenda, desde que observada a emenda proposta, dando prazo de 360 dias para entrar em vigor.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	44

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer da CCJ sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 71, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “dispõe sobre a colocação de advertência nas embalagens de bebidas alcoólicas no âmbito do Distrito Federal”.

Nos mesmos moldes do parecer proferido pelo Deputado Benedito Domingos – um brilhante relatório à emenda de plenário –, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Seguindo a linha adotada pelo Deputado Benedito Domingos, o parecer é favorável, o qual esta Presidência submete ao Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Item nº 29:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.414, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “requer a realização de audiência pública no dia 1º de abril de 2009, às 19 horas, para debater os problemas do Transporte Escolar no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 03 2009	15h45min	17 ^a Sessão Ordinária	45

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 14 Deputados.

O Item nº 27, que trata da concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Marco Antônio Feliciano, já foi aprovado em bloco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h12min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 50-Suplemento, de 24/3/2009.